

**GT 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 Anos****INFÂNCIA NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE  
AMARGOSA - BAHIA**

Karina de Oliveira Santos Cordeiro (UFRB)

A implantação da Educação Infantil no Brasil tem sido crescente a partir do início do ano 2000. Cordeiro e Sodré (2009), que analisaram tal fato, sinalizam que o processo de municipalização e a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) contribuíram para essa ampliação. O Fundeb foi criado em 2007 para corrigir as diferenças na distribuição dos recursos financeiros que o Fundo de desenvolvimento e valorização do Ensino Fundamental (Fundef) apresentava, uma vez que a Educação Infantil e o Ensino Médio não recebiam recursos provenientes do Fundef.

Além disso, as autoras indicam que a pressão da própria comunidade tencionou o debate, a fim de que se garantissem às crianças os direitos já assegurados na CF, no ECA e na LDB. Confirmando o que outras pesquisas já haviam apontado, o estudo de Cordeiro e Sodré (2008) indicou que os investimentos em relação à infraestrutura para a Educação Infantil continua precário, pois a maioria das instituições investigadas funcionavam em casas alugadas, sem oferecer, portanto, a segurança necessária para o desenvolvimento das atividades.

Ao analisarmos o percentual de crescimento nas taxas de matrículas de crianças nas creches no período supracitado, verificamos que houve um crescimento de quase 80% das matrículas. A participação dos municípios na organização da Educação Infantil tem se tornando realidade, contudo, ainda não tem dado conta de assegurar a oferta para atender à demanda, fato que pode ser comprovado em Amargosa (BA) a partir da extensa lista de espera para conseguir uma vaga nas instituições de Educação Infantil. Outras pesquisas

realizadas por Kappel, Aquino e Vasconcellos (2011), Cordeiro (2007) também já confirmaram essa realidade brasileira.

Ao observarmos a tabela 1 podemos perceber a evolução crescente das matrículas da Educação Infantil no Brasil entre o período de 2002 a 2011. Tal fenômeno pode ser explicado a partir das políticas públicas implementadas pós-LDB 9394/96, bem como a ampliação e aplicação dos recursos provenientes do Fundeb para a primeira etapa da Educação Básica.

Tabela 1 - Taxa de matrículas na Educação Infantil no Brasil (2002 – 2011)

<b>Ano</b>	<b>Creche</b>	<b>Pré-escola</b>	<b>Total</b>
2002	1.152.511	4.977.847	6.130.358
2003	1.237.588	5.155.676	6.393.234
2004	1.348.237	5.555.525	6.903.762
2005	1.414.343	5.790.670	7.205.013
2006	1.427.942	5.588.153	7.016.095
2007	1.579.581	4.930.287	6.509.868
2008	1.751.736	4.967.525	6.719.261
2009	1.896.363	4.866.268	6.762.631
2010	2.064.653	4.692.045	6.756.698
2011	2.298.707	4.681.345	6.980.052

Fonte: MEC/Inep/Deed, 2011.

Se observarmos a relação entre a população por idade e a matrícula na Educação Infantil na tabela 2, perceberemos que, apesar do crescimento no período de 2007 a 2011, do número de matrículas entre as crianças de 0 (zero) a 3 (três), um percentual de 86 % em 2007 de crianças dessa faixa etária está fora da cobertura de creche. Mesmo sabendo que é opção da família matricular seus filhos da Educação Infantil, consideramos alto o percentual de crianças fora das creches, pois, como já citamos anteriormente vários estudos tem apresentado que a demanda por vagas tem sido sempre maior do que a oferta. Em 2010, quando consideramos o total da população de 0 (zero) a 3 (três), é possível verificar que a cobertura da creche é de aproximadamente 18,8%, contudo, está distante das metas proposta pelo PNE, que é de 50% das crianças de 0 (zero) a 3 (três) matriculadas em creches.

Tabela 2 - Número de matrículas na Educação Infantil e população residente de 0 a 3, e 4 e 5 anos de idade no Brasil (2007 – 2011)

Ano	Matrículas na Educação Infantil			População por idade	
	Creche	Pré-escola	Total	0 a 3 anos	4 e 5 anos
2007	1.579.581	4.930.287	6.509.868	10.956.920	5.928.375
2008	1.751.736	4.967.525	6.719.261	10.726.657	5.765.405
2009	1.896.363	4.866.268	6.762.631	10.536.824	5.644.565
2010	2.064.653	4.692.045	6.756.698	10.925.892	5.802.254
2011	2.298.707	4.681.345	6.980.052	...	...

Fonte: MEC/Inep/Deed; IBGE/Pnads 2007 a 2009 e Censo Demográfico 2010 (Dados do Universo).

Nota: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

Quando consideramos a população em 2007 de crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, a cobertura de matrículas na pré-escola é de 83%. Esse dado nos revela que os investimentos para a cobertura tem contribuído para a expansão de matrículas.

Os marcos legais que subsidiam a Educação Infantil na contemporaneidade estão ancorados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, como também na Lei 9394/96 da Lei Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Sobre esse aparato legal pode-se observar no estudo de Cordeiro (2007) as reflexões apresentadas acerca das conquistas legais para a garantia da educação das crianças. A autora realiza ainda uma análise dessas legislações, apontando contribuições e implicações, e indica as lacunas existentes.

Além desses marcos legais, durante a década de 1990 diversos setores da sociedade civil, assim como inúmeros pesquisadores da infância e da criança, proporcionaram uma visibilidade considerável a essa temática. Podemos ilustrar com o Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (Mieib), que diuturnamente tem desenvolvido ações para garantir o cumprimento dos direitos das crianças. Sobre o Mieib, Kappel, Aquino e Vasconcellos (2011) afirmam que o diálogo estabelecido nesse movimento tem assegurado a participação democrática de maneira a contemplar a diversidade cultural que compõe a sociedade brasileira.

Nos dados apresentados no estudo de Kappel, Aquino e Vasconcellos (2011), a respeito da evolução do número de matrículas na Educação Infantil, nos é sinalizado que nos últimos anos tem se ampliado bastante, contudo, de acordo com as autoras, não tem sido suficiente para atender a toda a demanda e nem para cumprir as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.

Os desdobramentos das ações desenvolvidas pelo Mieib podem ser observados na criação de Fóruns de Educação Infantil em todo o território nacional. Na Bahia, o Fórum Baiano de Educação Infantil (FBEI) tem se estabelecido como uma instância constituída de articulação interinstitucional, suprapartidária, que em conjunto com outros órgãos e segmentos da sociedade baiana desenvolve ações para a garantia da Educação Infantil com qualidade.

Picanço (2008, p. 157) propõe que as instituições de Educação Infantil sejam espaços onde as crianças possam exercer o papel de sujeitos de direitos, e, ao mesmo tempo, ser reconhecidas como “portadoras e construtoras de saberes e culturas e que participa da vida da família, da escola e da sociedade”. Dessa forma, não há espaço para práticas pedagógicas que privilegiem ações sem a participação das crianças.

A fim de colaborar com o debate sobre as políticas de Educação Infantil do campo apresentamos a seguir o trabalho produzido por Silva A; Pasuch e Silva J. (2012). Nessa obra, as autoras realizam o mapeamento dos instrumentos legais e políticos para a oferta da Educação Infantil nas escolas do campo e discutem alguns resultados de trabalhos acadêmicos que utilizaram as experiências nos diversos contextos brasileiros da Educação Infantil do campo. Além disso, problematizam a organização da Educação Infantil no campo para as crianças residentes nas diversas áreas rurais, sejam elas compostas por agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros, como os povos e comunidades tradicionais, conforme assegura as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo de 2008.

Na perspectiva das autoras, é preciso considerar na elaboração das ações pedagógicas as práticas sociais que valorizem as identidades das crianças do campo, bem como a participação das mesmas nas produções coletivas de seus familiares, nas brincadeiras que fazem parte do seu convívio social. Tem se tornado uma tarefa necessária, urgente e estratégica a construção de uma Educação Infantil do campo que reafirme a identidade de seus sujeitos.

Nesse sentido, é importante dizer que a participação dos diversos atores sociais contribuiu para que as políticas específicas para a educação do campo contemplassem os desejos e anseios dos mesmos. Desse modo, as bases legais para a organização pedagógica da Educação Infantil do campo devem ser elaboradas pelos sistemas nacionais, estaduais e municipais de educação a partir dos princípios tanto das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, como também das Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Infantil, pois estão previstas nessas diretrizes indicações para os procedimentos para o funcionamento e organização das escolas de Educação Infantil do campo que respeitem a diversidade identitária de seus sujeitos. Essas duas diretrizes determinam que sejam ofertadas a Educação Infantil nas próprias comunidades das crianças, de maneira a evitar a nucleação de escolas por conta dos deslocamentos das crianças, além disso, indica que é proibido o agrupamento das crianças da Educação Infantil em turmas de Ensino Fundamental.

### **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA INFÂNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE AMARGOSA (BA)**

Em Amargosa há um maior número de escolas rurais (28) em relação às urbanas (12). É comum que as crianças, em ambos os espaços, sejam vistas como seres incompletos que precisam da intervenção do adulto para a sua constituição como ser social. Contudo, parece-me que a concepção da infância nas escolas da zona rural resulta de uma visão na qual a educação no campo é menos importante do que no espaço urbano, possivelmente uma consequência da ideologia que acompanha o processo de urbanização no Brasil desde a metade do século passado.

Para compreender a organização da rede municipal de educação e as diretrizes para o funcionamento da Educação Infantil nas escolas do campo de Amargosa, analisamos diversos documentos que foram elaborados pela Secretaria Municipal de Educação junto à Direção Pedagógica, à Coordenação Municipal da Educação do Campo, à Coordenação Municipal da Educação Infantil, em parceria com as comunidades escolares das instituições municipais de ensino, além das parcerias entre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Os documentos analisados foram os seguintes: 1) Proposta Pedagógica do Município de Amargosa – “Escola *Atuação*”; 2) Proposta Pedagógica para a Educação Infantil do município de Amargosa; 3) Diretrizes Curriculares de Educação do Campo para as escolas do campo de Amargosa; 4) Projetos e programas vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Amargosa (Pacto pela Educação, Educarte, Despertar, Programa Escola Ativa, Projeto de Nucleação das Escolas do Campo).

A rede municipal de ensino Amargosa-Bahia encontra-se organizada por Ciclos de Aprendizagem, nos quais foi estabelecido, a partir de 2007, o Ensino Fundamental de Nove Anos. Fazem parte da comissão dessa proposta pedagógica os representantes da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Amargosa, que estão ocupando os seguintes quadros dentro da administração da SME: a direção do departamento pedagógico, os supervisores da

Educação Infantil, do Ensino Fundamental, da Educação do Campo, da Educação de Jovens e Adultos e a coordenação da Escola *Atuação*.

Segundo os dados apresentados pela SME, a implantação do Ciclo de Aprendizagem em Amargosa teve como objetivo principal a reestruturação do sistema de ensino a partir dos seguintes eixos: 1) Foco na aprendizagem dos alunos; 2) Gestão democrática e participativa; 3) Valorização do professor; 4) Transversalidade das políticas públicas de educação e 5) Fazer da escola um espaço de cultura.

De acordo com a SME, só foi possível iniciar a reestruturação da rede municipal de ensino a partir da realização de amplo diagnóstico que permitiu observar as reais necessidades das escolas e dos sujeitos sociais que utilizam esse serviço. No decorrer do processo do diagnóstico constatou-se, segundo a administração, que havia um quadro insatisfatório em relação ao desempenho dos alunos, principalmente no que se refere à aprendizagem dos mesmos.

Os eixos do Ciclo de Aprendizagem procuram dar conta de reverter a situação diagnosticada. Desse modo, para garantir a execução do primeiro eixo, que corresponde à garantia do “Foco na aprendizagem dos alunos”, a SME programou ações para a ampliação da formação tanto inicial, quanto continuada dos professores, a fim de subsidiar as ações pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa dos alunos.

Em relação ao segundo eixo, que concerne à promoção de uma “Gestão democrática e participativa” nas escolas municipais, desde 2007 são realizadas eleições diretas para diretores das respectivas escolas municipais, Colegiados Escolares foram implantados com ampla participação da comunidade escolar, o Conselho Municipal de Educação foi reestruturado, e houve a elaboração do Plano Municipal de Educação.

Quanto a “Valorização do professor” que corresponde ao terceiro eixo, as ações desenvolvidas pela SME possibilitaram espaços de formação continuada para os docentes da rede, assim como criaram uma política que garante o crescimento dos mesmos na carreira profissional a partir das proposições do plano de carreira do município. A Secretaria Municipal de Educação de Amargosa disponibilizou uma sede com infraestrutura e cedeu funcionários para a instalação e funcionamento de um polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz, e diversos professores da rede municipal realizam a formação inicial nos seguintes cursos de Licenciatura em Biologia, Matemática, Pedagogia. Além desses cursos para a formação dos docentes, o polo da UAB também oferta o curso de Administração e uma pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública. A presença da UAB vem proporcionando a formação inicial dos professores que só tinham a

formação em nível médio, bem como possibilitou a realização de uma segunda graduação para os docentes que já possuem outra formação inicial.

Contribuindo com as ações desenvolvidas pela SME, o Centro de Formação de professores (CFP) da UFRB implantou, a partir de janeiro de 2011, uma Pós graduação *Latu Sensu* “Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro”, que discute junto com os professores, os educadores, os técnicos e as lideranças de movimentos sociais organizados, aspectos concernentes à educação rural, ampliando assim a possibilidade de pesquisa sobre a realidade desse território. Os desdobramentos a partir das pesquisas produzidas pelos docentes e discentes desse curso contribuíram para a aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Mestrado Profissional da Educação do Campo do CFP/UFRB em outubro de 2012. Tal ação colabora com o que Damasceno e Beserra (2004) apresentam como indicativo para uma prática voltada para a educação do campo que reconheça os seus sujeitos e os espaços que eles ocupam. Nesse curso, alguns docentes da rede municipal da Educação que trabalham nas comunidades rurais de Amargosa desenvolvem pesquisas acerca das possibilidades de construção de um novo arranjo para a educação do campo, em que os sujeitos sejam protagonistas de sua formação histórica, política e cultural.

Além dessa pós-graduação ofertada pela UFRB, alguns docentes da rede municipal de Amargosa participam da formação inicial no curso de Graduação “Educação do Campo” realizado em parceria entre a UFRB e a Universidade Federal da Bahia. Há uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e os estudantes dessa graduação, o que garante tanto o deslocamento até a UFBA em Salvador, quanto a substituição dos professores-estudantes nos períodos de aulas presenciais.

A “Transversalidade das políticas públicas de educação” diz respeito ao quarto eixo da proposta municipal. Para tanto, criou-se um cargo dentro da administração do Departamento Pedagógico, qual seja, a Supervisão de Programas de Apoio ao Educando e de Atenção a Educação na Diversidade. Nesse sentido, essa Supervisão apoia e garante assistência médica, oftalmológica, psicopedagógica aos discentes, além da distribuição do material didático. Outra ação dessa Supervisão é a promoção das atividades extracurriculares para os discentes da rede municipal.

As ações para a valorização das manifestações culturais da região compõem o quinto eixo da proposta e procura “Fazer da escola um espaço de cultura”, Dessa forma, revitalizou-se a “Burrinha de Amargosa”, que consiste em uma representação artística da cultura local, além da revitalização dos sambas de roda das comunidades rurais de Três Lagoas e da

Palmeira. As escolas passaram a realizar concursos de quadrilhas, pois a manifestação da cultura popular a partir da realização do São João é marcante na cidade de Amargosa. Tais ações, segundo o material produzido pela SME, colaboraram para que os alunos pudessem conhecer e valorizar a sua própria cultura.

A *Proposta Pedagógica para a Educação Infantil do município de Amargosa* já foi aprovada pelo Conselho Municipal de Educação de Amargosa desde 2011. De acordo com as informações apresentadas na *Proposta Pedagógica para a Educação Infantil do município de Amargosa*, o objetivo da mesma é reafirmar o compromisso municipal entre a indissociabilidade entre o educar e o cuidar das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade. Para tanto, o documento apresenta as diretrizes e metas a serem cumpridas na oferta da Educação Infantil pública municipal.

Ao analisarmos o material disponibilizado pela SME, identificamos que o mesmo baseia-se nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (RCNEI'S). Nesse sentido, as diretrizes de Educação Infantil para o município fundamentam-se na perspectiva apresentada nos Rcnei's, a saber: a formação social com os eixos da construção da identidade e da autonomia, e o conhecimento de mundo com os eixos da linguagem oral e escrita, matemática, natureza e sociedade, artes visuais, movimento e música.

A perspectiva de infância discutida na proposta pedagógica de Amargosa reconhece as crianças como sujeitos históricos e sociais, portadores de direitos adquiridos desde a Constituição Federal de 1988, reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e na LDB de 1996. O documento apresenta algumas discussões acerca das concepções de infância em diversos momentos históricos, e reconhece que algumas concepções equivocadas ainda estão presentes no interior das creches e pré-escolas. As brincadeiras, segundo a proposta, devem ter um lugar de destaque no planejamento e desenvolvimento de práticas educativas. Além disso, há indicação da promoção do respeito às diversidades dos contextos culturais em que as crianças estão inseridas. A esse respeito, Borba (2008, p. 82) nos assegura que o “brincar é um dos pilares da constituição das culturas na infância, que estruturam as relações das crianças entre si, bem como os modos pelos quais interpretam, representam e agem sobre o mundo”.

As orientações para o processo de avaliação nas instituições infantis indicam que as avaliações sejam processuais e sistemáticas, a partir da observação do desenvolvimento das crianças; posteriormente tais observações precisam ser registradas, pois esses registros podem ser instrumentos necessários para a reorientação da prática educativa. Solicita-se que as instituições estabeleçam parceria com as famílias das crianças nas diversas situações, sejam

elas reuniões pedagógicas, construção coletiva dos PPPs ou nas decisões dos conselhos escolares.

De acordo com a coordenação municipal da Educação Infantil, as indicações da referida proposta demarcam as ações da política pública voltada para as crianças entre 0 (zero) a 5 (anos) de idade. Nesse sentido, as instituições infantis têm autonomia para mobilizar as comunidades escolares para que as mesmas possam construir seus respectivos PPPs de maneira a observar as indicações do contexto local em que se encontram.

Até início do ano de 2005, de acordo com os dados oficiais, a única creche municipal de Amargosa estava vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e frequentavam essa instituição 71 crianças. E as turmas de pré-escolas funcionavam junto das escolas municipais de Ensino Fundamental. Conforme a tabela 3, pode-se observar a evolução das taxas de matrículas na Educação Infantil no período de 2005 a 2012.

Tabela 3 - Taxa de matrículas na Educação Infantil, na rede municipal de ensino, Amargosa/BA (2005 – 2012)

<b>Ano</b>	<b>Creche</b>	<b>Pré-escola</b>	<b>Total</b>
2005	71	594	665
2006	75	945	1.020
2007	217	843	1.060
2008	250	772	1.022
2009	360	870	1.238
2010	445	825	1.270
2011	450	830	1.280
2012	497	853	1.350

Fonte: SME, Amargosa/BA, 2012.

O documento em análise apresenta que uma das dificuldades para a ampliação da Educação Infantil, a partir do início da atual gestão em 2005, ocorreu principalmente pela falta de infraestrutura adequada para a oferta dessa etapa de ensino, uma vez que no município não havia escolas em que pudessem ser implantada a Educação Infantil. No primeiro momento, alugaram-se casas residenciais para a garantia dessa oferta, contudo, os próprios gestores reconhecem que essa não era a decisão mais acertada, porém era a possível naquele momento. Outra dificuldade apresentada foi desmistificar concepções assistencialistas e compensatórias dos professores sobre a Educação Infantil. De acordo com os gestores municipais, investiu-se no processo de formação continuada dos professores e no acompanhamento das atividades desenvolvidas nas creches e pré-escolas municipais.

Foi possível observar, a partir dos dados coletados, o incremento dos investimentos, tanto para a construção de novas creches na área urbana do município quanto para a ampliação da oferta de vagas em pré-escolas. Desse modo, construiu-se em Amargosa duas creches de acordo com os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, tais espaços foram construídos com recursos próprios da administração municipal e encontra-se em fase de construção uma creche, como dito anteriormente, com investimentos do Programa Proinfância. Na área urbana inaugurou-se em 2012 uma escola com infraestrutura para atender desde a pré-escola até o 5º ano do Ensino Fundamental. No que se refere aos investimentos para as instituições infantis das escolas do campo, percebe-se que não houve a construção de nenhuma instituição voltada para a Educação Infantil, o que aconteceu foram reformas de alguns prédios escolares para a oferta dessa etapa de ensino. Quando comparamos a taxa de matrículas por localização na Educação Infantil da rede municipal de ensino de Amargosa, conforme os dados da tabela 4, constatamos que não há oferta de creches nas áreas rurais, e o percentual de pré-escolas nas Escolas do Campo é de 40% do total de matrículas do município em análise. Esses dados nos revela que se tem ofertado às crianças do campo a Educação Infantil (pré-escola), porém, como já assinalamos, é preciso investir na infraestrutura, na contratação de docentes do quadro efetivo, assim como na formação inicial e continuada dos mesmos, para que de fato o trabalho desenvolvido nesses espaços possam garantir não só a oferta, mas sobretudo a qualidade nas ações educativas.

Tabela 4 - Taxa de matrículas por localização na Educação Infantil da rede municipal de ensino, Amargosa/BA (2012)

Localização	Creche		Pré-escola	
	No.	%	No.	%
Urbana	497	100%	516	60%
Rural	0	0%	337	40%
Total	497	100%	853	100%

Fonte: SME, Amargosa/BA, 2012.

Estabeleceu-se na elaboração da *Proposta Pedagógica para a Educação Infantil do município de Amargosa* os seguintes eixos para a garantia da qualidade da Educação Infantil, quais sejam: a indissociabilidade entre o cuidar e o educar; a valorização profissional; o incentivo à gestão democrática; a transversalidade das políticas públicas de educação. No que se refere ao eixo que trata do cuidar e do educar na Educação Infantil, foi possível identificar

que na proposta encontra-se descrita a necessidade da superação da dicotomia entre aspectos do cuidar e do educar.

Em relação ao eixo da valorização profissional, a proposta apresenta que é necessário o investimento na contratação e qualificação do quadro de professores, porém, observa-se na prática ainda um número significativo de professores da Educação Infantil com contratos temporários, o que ocasiona a cada ano uma descontinuidade das ações desenvolvidas no interior dessas instituições.

O eixo que corresponde ao incentivo à gestão democrática tem sido concretizado na medida em que os gestores das creches e pré-escolas são escolhidos por eleições diretas. Outro fator que tem contribuído é a atuação do Conselho Municipal de Educação, que acompanha as ações desenvolvidas pelas creches e pré-escolas, como também é perceptível a atuação da gestão democrática, com a implantação e/ou revitalização dos conselhos escolares, pois estes são responsáveis pela gestão dos recursos financeiros que são viabilizados pelo PDE municipal.

O último eixo discute a transversalidade das políticas públicas de educação. Para tanto, no documento encontra-se descrito que para a efetivação deste eixo, faz-se necessária a articulação de algumas secretarias municipais, principalmente na realização de ações conjuntas. A Secretaria Municipal de Educação fornece material didático, alimentação e fardamento escolar às crianças, além de proporcionar atendimento psicopedagógico aos casos indicados pelas instituições para esse tipo de acompanhamento. As crianças das instituições de Educação Infantil participam das oficinas do Programa Educarte. A parceria com a Secretaria de Bem-Estar Social ocorre quando são diagnosticados casos de situação de vulnerabilidade social. Encaminha-se as crianças para participação nos programas e projetos desenvolvidos por essa secretaria, além de atendimento psicológico quando for o caso. Enquanto que a Secretaria Municipal de Saúde garante assistência médica e oftalmológica.

Dentre as ações executadas para a garantia da qualidade da Educação Infantil, pode-se citar que além da construção das duas novas creches, investiu-se na troca do mobiliário escolar de todas as turmas de Educação Infantil, tanto da zona urbana, quanto da zona rural, na formação docente e na aquisição de materiais pedagógicos para as brinquedotecas das instituições infantis urbanas. Mais uma vez destacamos que o investimento para as turmas de Educação Infantil do campo é inversamente proporcional às turmas urbanas, pois não há uma brinquedoteca em nenhum núcleo da Educação do Campo. Nas escolas em que realizamos a pesquisa encontramos apenas alguns livros de histórias e poucos materiais didáticos, adquiridos com recursos das instituições. Segundo a gestão dessas instituições esses materiais

não têm atendido à demanda, uma vez que os recursos são insuficientes para a compra de materiais diversificados. Os espaços nas instituições do campo destinados para a Educação Infantil não possuem infraestrutura adequada, os banheiros não estão adaptados, não há áreas para as atividades externas, as crianças menores dividem o mesmo espaço de recreação com as crianças maiores. Após essas considerações, consideramos que é preciso realizar a reformulação da oferta da Educação Infantil nas escolas do campo.

Apesar de a *Proposta Pedagógica para a Educação Infantil do município de Amargosa* reconhecer que há demanda por instituições de creches nas áreas rurais de Amargosa, não há previsão em curto prazo para o incremento de investimentos para esse pleito. Pode-se afirmar que a falta de turmas para as crianças de 0 (zero) a 3 (três) na área rural pesquisada apresenta-se como uma demanda reprimida, pois, de acordo com os dados do SIAB – Amargosa (2011), apresentados por nós anteriormente, a quantidade de criança com essa faixa etária é superior à quantidade de matrículas ofertadas.

Algumas metas da *Proposta Pedagógica para a Educação Infantil do município de Amargosa* traçadas até 2012 foram atendidas, como, por exemplo, a admissão de profissionais com formação específica, a ampliação da oferta de matrículas, a construção de espaços adequados para creche. Outras metas têm sido cumpridas parcialmente, a exemplo podemos citar que a contratação de professores concursados no último certame em 2007 só ocorreu nos anos subsequente (2008 e 2009), mesmo assim, não foi suficiente para a ocupação dos cargos efetivos, o que demanda o alto número de contratos temporários. Não foi construído o espaço específico para a pré-escola, pois o único Centro de Educação Infantil que atende exclusivamente crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade está localizado no centro da cidade em uma casa alugada. Existe demanda por parte dos pais, para mais vagas nas creches municipais. Espera-se, segundo a administração, que a inauguração até o final de 2012 da nova creche, com recursos do Proinfância, possa minimizar essa demanda.

Para dar conta das metas de alfabetizar as crianças até os 8 (oito) anos de idade o município de Amargosa (BA), por meio da Secretaria Municipal de Educação, aderiu, em 2011, ao Programa “Pacto da Educação”. Tal programa é realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Estado da Bahia. As atividades concernentes à implantação desse programa iniciaram em 2011 com a participação na formação dos gestores municipais de educação e foram inseridas em todas as classes de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental da rede municipal de Amargosa no início do ano letivo de 2012.

A Secretaria Municipal de Educação realizou uma parceria com pesquisadores do Centro de Formação de Professores (CFP) da UFRB, membros de diversos grupos de

pesquisa que discutiram sobre as questões do campo, a fim de que pudessem colaborar com o processo de elaboração das *Diretrizes Curriculares de Educação do Campo para as escolas do campo de Amargosa*. Além dessa parceria, contou-se também com a participação das comunidades escolares campesinas.

Foram realizados dois “Encontros de Educação do Campo em Amargosa” com o objetivo de proporcionar debates e discussões sobre a educação no campo com a finalidade de subsidiar o processo de elaboração das diretrizes municipais para a Educação do Campo. O primeiro encontro foi realizado em 2010, as discussões pautaram-se pelo seguinte tema “Concepções e princípios da Educação do Campo: Contribuições ao projeto político pedagógico do município de Amargosa”. Durante a realização desse encontro, organizaram-se grupos temáticos com o propósito de debater os eixos da Educação do Campo.

O segundo encontro ocorreu em 2011 e a temática articulava-se em torno das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo. Discutiram-se também nesse encontro os desafios, para a Educação do Campo, acerca da avaliação, da multisseriação e da organização do ensino escolar em ciclos. De acordo com os participantes desse encontro, os encaminhamentos dados têm contribuído para a organização dos tempos escolares, bem como para a elaboração dos PPPs das escolas.

As diretrizes para a Educação Infantil nas escolas do campo são proposições baseadas nas resoluções brasileiras que normatizam as Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo. Nesse sentido, de acordo com as *Diretrizes Curriculares de Educação do Campo para as escolas do campo de Amargosa*, na Educação Infantil deve-se valorizar e reconhecer os saberes articulados pelas crianças residentes no campo. As *Diretrizes* também indicam a necessidade de que os espaços físicos sejam planejados e construídos com o propósito de garantir a oferta da Educação Infantil com qualidade. Ao realizarmos nosso estudo percebemos que os espaços nas escolas rurais pesquisados ainda não estão de acordo com essas indicações, uma vez que observamos que as salas de Educação Infantil encontram-se nos mesmos espaços em que funcionam as salas do Ensino Fundamental. Além disso, as atividades pedagógicas fora da sala de aula ficam comprometidas, pois não há espaço físico adequado para realizá-las.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O sistema de ensino de Amargosa, encontra-se organizado a partir das Diretrizes da Educação Infantil, dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil e das

Diretrizes para a Educação do Campo. Contudo, durante a coleta dos dados da pesquisa, foi possível verificar tanto nas práticas discursivas das profissionais, como nas ações cotidianas das mesmas, que ainda se tem muito a se fazer durante a formação em serviço dos profissionais da Educação Infantil. A necessidade de se ampliar e qualificar o caráter formativo se revela fundamental para que todo esse referencial teórico não fique apenas contemplado nas Diretrizes municipais, mas esteja presente nas ações cotidianas de atenção às crianças. Desse modo, a proposta pedagógica direcionada para o público infantil que frequenta as escolas do campo, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), deve contemplar a constituição histórica da identidade das crianças que vivem em territórios rurais. Para tanto, se faz necessário que as atividades estejam vinculadas à realidade das comunidades, com o intuito de colaborar com o pertencimento identitário, com o conhecimento das culturas locais, bem como o desenvolvimento das práticas de sustentabilidade. Além disso, é fundamental que os brinquedos e equipamentos sejam de acordo com as características ambientais e socioculturais das comunidades.

Nesse sentido, espera-se que as diretrizes continuem contribuindo para a elaboração e/ou reformulação dos PPPs das escolas campesinas de Amargosa. No atual momento, as *Diretrizes Curriculares de Educação do Campo para as escolas do campo de Amargosa* encontram-se em fase de revisão e reformulação da proposta para posterior encaminhamento para análise e aprovação no Conselho Municipal de Educação de Amargosa.

O objetivo da nucleação das escolas do campo no Brasil apresentou-se como uma alternativa para diminuir os custos e otimizar a utilização dos espaços escolares. Acompanhando essa tendência nacional, o município de Amargosa (BA) realizou a organização administrativa das escolas do campo em 6 núcleos. O núcleo 1 não está propriamente na área rural de Amargosa e sim na região periférica da cidade, e uma das duas escolas que compõem esse núcleo tem apenas 2 (duas) salas de aula. Cada um dos núcleos das escolas do campo tem uma gestão própria com 1 diretor e 1 coordenador pedagógico, que realizam visitas periódicas às escolas de cada núcleo. Contudo, segundo os gestores, existem diversas demandas, tanto pelas outras escolas do núcleo, quanto pela SME, que alteram o cronograma das visitas. Além disso, algumas escolas não estão na mesma direção geográfica, desse modo, é preciso voltar para Amargosa para ir a outra escola. Alguns alunos das comunidades rurais do entorno das Escolas do Campo de Amargosa utilizam o transporte escolar no deslocamento entre as suas residências e a instituição escolar de cada núcleo. Às

vezes, o trajeto entre as casas dos estudantes até o local onde passa o transporte escolar é longo.

Uma crítica que se apresenta aos processos de nucleação das escolas do campo é que a desativação de algumas instituições escolares aumenta o percurso dos estudantes e retira o espaço de sociabilidade da comunidade. Há, além disso, uma sobrecarga de trabalho para a gestão escolar, que terá que administrar, conforme apresentamos acima, diversas escolas com realidades por vezes diferentes, unidades executoras independentes e nem sempre localizadas próximas umas das outras. A presença cotidiana da administração escolar fica assim comprometida. De acordo com a SME, algumas comunidades rurais resistem ao processo de nucleação, pois a única presença do poder público nessas comunidades é representada pela escola.

Como vimos, a ampliação do debate sobre a infância brasileira tem ocupado um lugar de destaque nas pesquisas atuais. Contudo, é preciso ampliar o estudo da Educação Infantil nas escolas rurais, pois os sujeitos que residem em áreas não urbanas compartilham de suas próprias representações sociais da infância e necessitam serem ouvidos para as formulações das políticas públicas da Educação do Campo.

## REFERÊNCIAS

BORBA, Ângela Meyer. As culturas da infância no contexto da Educação Infantil. In: VASCONCELLOS, Tânia de (Org.). **Reflexões sobre infância e cultura**. Niterói: EdUFF, 2008. p. 73-91.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. (Caderno 2).

CORDEIRO, Karina de Oliveira Santos. **Estudos sobre a Educação Infantil pública no município de Teixeira de Freitas (BA)**. 2007. 184f. – Dissertação (Mestrado), Salvador, UNEB.

CORDEIRO, Karina de Oliveira Santos; SODRÉ, Liana Gonçalves Pontes. A implantação da Educação Infantil no município de Teixeira de Freitas – Bahia. **Práxis Educacional: dossiê temático – práticas pedagógicas**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 5, p. 109-127, jul./dez. 2008.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educ. Pesqui.** [online], v. 30, n. 1, p. 73-89, 2004.

KAPPEL, Dolores Bombardelli; VASCONCELLOS, Vera Maria R.; AQUINO, Ligia Maria L. . Infância e políticas de educação infantil: início do século XXI. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação e Infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 117-146.

PICANÇO, Mônica Bezerra de Menezes. Educação Infantil: lugar de criança ou de aluno? In: VASCONCELLOS, Tânia de (Org.). **Reflexões sobre infância e cultura**. Niterói: EdUFF, 2008, p. 155-168.

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Buzzon da. **Educação Infantil do campo**. São Paulo: Cortez, 2012.